

quebra de confiança (no investigador) por parte dos engenheiros. A este propósito, ocorreria perguntar (e investigar seriamente) por que razão, tantas vezes, assim termina o percurso de «imersão» do cientista social em meio fabril. Falta de controlo do investigador sobre a sua postura, acabando por se deixar colar ou tomar o partido dos trabalhadores numa situação de conflito (ainda que latente) com a empresa? Pouco esclarecimento inicial do «contrato» que permite a observação, levando a hierarquia ou a administração empresarial a sentir-se frustrada nas suas expectativas?

3. Finalmente, uma nota derradeira sobre o contributo da disciplina antropológica para o estudo das condições de vida e de trabalho na indústria. Um tema como este dos acidentes (ou das doenças profissionais) tem sido tratado a partir de perspectivas disciplinares diferentes, como a sociologia, a psicologia social, a engenharia ou a gestão industrial, a medicina ou o direito. Em princípio, espera-se que cada uma contribua com as suas referências teóricas e conceptuais próprias para melhor conhecermos o «objecto». Neste caso, o que mais parece surpreender é a aparentemente escassa «especificidade antropológica» contida na análise (e no seu instrumental técnico de pesquisa) — não fora a prolongada *mise en situation*, essa sim típica da forma de intrusão do antropólogo no meio a estudar. Desaproveitamento das potencialida-

des de uma antropologia industrial, ou convergência para uma multidisciplinaridade menos definida no campo das ciências sociais?

Em todo o caso, saúda-se a aproximação interdisciplinar aqui revelada.

JOÃO FREIRE

Relações Transatlânticas Europa-EUA, Conflito e Cooperação nas Relações Internacionais, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian-Dom Quixote, 2004, 263 páginas.

Em 1965, Miguel Torga escreve que a «persistência pode muito, e as imunidades gulbenkianas podem muito mais»¹. Fá-lo a propósito de um artigo sobre *Os Bichos* que tinha sido censurado na imprensa diária e que acabou publicado na revista *Colóquio* da Fundação Calouste Gulbenkian. Lembrei-me deste episódio quando comecei a ler *Relações Transatlânticas Europa-EUA* pelo facto de a Fundação Calouste Gulbenkian ser talvez a única instituição nacional que consegue reunir especialistas mundiais de nomeada sobre um determinado assunto, resultando num verdadeiro *state of the art* sobre o tema.

¹ Liberto Cruz, José Brandão e Nicolau Andresen-Leitão (orgs.), *O Mundo de Ruben A.*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1996, p. 166.

Relações Transatlânticas Europa-EUA foi o terceiro ciclo de conferências internacionais organizado pela Fundação Gulbenkian, sendo os dois primeiros dedicados à temática europeia e à globalização. As duas principais conferências foram proferidas por figuras marcantes das relações internacionais, Alan Minc e Paul Kennedy. No entanto, as contribuições de outros especialistas internacionais e nacionais são de nível semelhante às primeiras. Neste contexto foram dissecadas as temáticas de valores e cultura, agenda económica, defesa e sistema internacional. Mas o tema principal da conferência, como afirma Daniel Hamilton, director do SAIS Center for Transatlantic Relations da John Hopkins University (EUA), é se a Europa e os EUA se podem dar ao luxo de seguirem caminhos diferentes, ou será que se devem manter juntos?

Na abertura da conferência, realizada na sede da Fundação Gulbenkian nos dias 21 e 22 de Outubro de 2003, Emilio Rui Vilar chama a atenção para o facto de o choque de culturas resultante da complexa realidade actual exigir uma reestruturação da infra-estrutura das relações internacionais. Vilar adverte que o terrorismo deslocou o centro de gravidade das tensões mundiais para o Médio Oriente, evidenciou novos actores, como a Índia, a China, o Irão e a Turquia, causou fracturas nos Estados membros da União Europeia e nos novos Estados aderentes e fragilizou os pilares da comunidade internacional assente num

mundo bipolar que deixou de existir com o desmoronamento da União Soviética. Outros desafios apenas abordáveis em termos globais são os ambientais e climáticos, a luta contra a pobreza, a gestão da água, o controlo das epidemias e o combate ao tráfico de drogas e armas.

Vilar situa a problemática das relações transatlânticas no enquadramento da reforma da ONU e do Conselho de Segurança, alertando que o diferendo entre a América e a Europa ultrapassa o Iraque e culmina em diferendos que incluem a Organização Mundial do Comércio, o Tribunal Penal Internacional de Justiça e a não ratificação americana do Protocolo de Quioto. O presidente da Fundação Gulbenkian conclui que, a despeito das diferenças, a aliança transatlântica é um pilar fundamental da segurança internacional e alerta que a Europa a 25 precisa de desenvolver uma visão estratégica comum.

A intervenção do presidente da República, Jorge Sampaio, procura identificar as tendências de fundo nas relações entre os Estados Unidos e a Europa e retira duas conclusões para Portugal. A primeira tendência identificada por Sampaio é que entre os EUA e a Europa existe uma identidade básica de valores (assente na mesma matriz cultural, que deriva do iluminismo e que resulta no apego à democracia, ao Estado de direito e ao respeito dos direitos humanos), mas não de cultura política (o Velho Continente coloca a ênfase no modelo social europeu, enquanto nos EUA o

acento tónico é no individualismo). A segunda tendência apontada por Sampaio é que o fim do sistema bipolar alterou as bases do relacionamento entre ambos — anteriormente baseado numa relação de dominante e dominado e agora numa parceria entre iguais —, embora não explique como esta igualdade inexistente possa ser estabelecida. A terceira tendência reconhecida por Sampaio é a de que a globalização aumenta progressivamente a interdependência económica e, em particular, entre os EUA e a Europa. A quarta é que os EUA e a Europa têm interesse em se entenderem (agindo de forma concertada, têm maiores possibilidades de atingirem resultados positivos, mas não necessariamente coincidentes, resultado dos uma visão unilateral dos primeiros e cooperativa e multilateral da segunda). Finalmente, a quinta tendência identificada por Sampaio é a de que o fim da guerra fria, não tendo destruído a sua utilidade, alterou a natureza da NATO. O presidente da República reconhece que, embora em termos de defesa a importância da NATO se mantenha, a sua relevância política tem vindo a diminuir e os EUA terão de aprender a lidar com a União Europeia no âmbito desta organização. Sampaio conclui que os EUA e a Europa devem entender-se e que o Iraque não é a primeira nem será a última crise entre os dois.

Sampaio retira duas conclusões para Portugal: o bom relacionamento com os EUA deve ser baseado em princípios, sendo o mais importante o

do direito internacional; o atlantismo *versus* europeísmo é um falso dilema porque (repetindo o argumento de Alan Milward na sua obra de 1992, *The European Rescue of the Nation-State*) o facto de pertencer à União Europeia (UE) é a melhor forma de defender eficazmente o interesse nacional.

Na secção do livro dedicada a valores e cultura, Eduardo Lourenço prefere falar de tensão em lugar de crise transatlântica. Lourenço considera que esta tem origem na «querela teológico-cultural» secular entre a Inglaterra e a França, sendo presentemente os respectivos papéis desempenhados pelos EUA e pela velha Europa de Donald Rumsfeld, o que resulta em «duas concepções de sociedade, duas versões da liberdade cívica, dois tipos de civilização, duas culturas» (pp. 36-37). O ensaísta considera que esta divisão reside no facto de os EUA terem convertido os direitos naturais em direitos divinos — enquanto a Europa se tornou uma sociedade laica — e que esta querela não vai terminar tão cedo.

Daniel Hamilton situa a divisão entre Europa e os EUA em termos directos e recentes. Enquanto os europeus consideram que o acontecimento determinante para a política externa continua a ser a queda do muro de Berlim, a 9 de Novembro de 1989, e o conseqüente colapso da União Soviética e do comunismo europeu, os americanos apontam o 11 de Setembro como a data que iniciou o mais recente debate sobre o papel da América no mundo. Hamil-

ton comenta que «o mundo de 9 de Novembro é um mundo de promessas, de novas possibilidades. O mundo de 11 de Setembro é um mundo de tragédia, de novos perigos» (p. 43). Este especialista recorda a frase certa de Einstein «a luz que entra no vosso olho não é nunca a luz que entra no meu» (p. 42). No debate americano, muitos elementos da administração Bush consideram que a Europa é uma plataforma, e não um parceiro, na sua campanha contra o terrorismo.

Hamilton conclui que a história das relações transatlânticas foi também no passado marcada pelas divergências e que as mais recentes não são razão para separação ou divórcio. Hamilton relembra que os interesses dos EUA na Europa são essenciais e permanentes. Primeiro, os EUA procuram que a Europa seja aberta aos produtos, serviços e ideias americanos. Segundo, que a Europa seja uma zona de paz, e não de tumultos. Terceiro, os EUA não querem que a Europa seja dominada por um poder ou combinação de poder hostis aos americanos. Finalmente, os EUA precisam de um parceiro para enfrentarem os desafios globais. Hamilton argumenta que a relação transatlântica permanece a relação central para ambos os lados, mas que a questão estratégica central se deslocou da estabilização do continente europeu para a resposta a um conjunto de desafios globais. Mais: Hamilton argumenta que o que caracteriza a parceria euro-americana é o facto de, quando em sintonia, am-

bos representarem o motor do progresso global e, quando em desacordo, representarem o travão global. Hamilton conclui que tanto os americanos como os europeus precisam de regressar ao multilateralismo.

Uma perspectiva muito interessante da posição da Polónia neste imbróglio transatlântico é fornecida por Konstanty Gebert, da *Gazeta Wyborcza*. Gebert aponta, com razão, o facto de a queda do muro de Berlim só poder ser compreendida na sequência da anterior luta dos polacos contra o seu regime comunista, «que acabou por demonstrar aos próprios comunistas que não era possível, nem valia a pena, salvar o comunismo. Esta foi a nossa contribuição para a Europa» (pp. 59-60). Gebert aponta três motivos, por ordem decrescente de importância, que levaram a Polónia a apoiar os americanos no Iraque. O primeiro é a segurança nacional. Em última análise, a segurança da Polónia depende dos EUA, embora o país seja membro da NATO desde 1999. Gebert afirma que a França não oferece semelhante garantia e que a Polónia prefere, por motivos históricos, não depender da Alemanha. O segundo motivo foi um erro de análise, ao considerar que, alinhando com os americanos, a Polónia aumentaria o seu peso e influência dentro das instituições comunitárias, levando Gebert a concluir, não sem algum humor, que a «ideia não tem sido brilhante e pela qual a Polónia paga um preço» (p. 57). A terceira razão prende-se com o reflexo antitotalitário dos polacos após

décadas de regime comunista, o que levou a opinião pública a apoiar largamente a queda de Saddam Hussein. Contudo, segundo Gebert, o dilema da Polónia «é que não existem dúvidas de que fazemos parte da Europa e é aqui que estamos — na União Europeia. Para dar um exemplo: a Alemanha é o nosso maior parceiro comercial, político e militar» (p. 61).

No sector económico, o panorama transatlântico é mais pacífico. Samuel Brittain, do *Financial Times*, considera que as divergências crescentes entre a Europa e os Estados Unidos se referem mais à política externa e à defesa e não ao sector económico. O que não significa que não haja lugar a disputas comerciais ou sobre as políticas macroeconómicas. C. Randall Henning, do Institute of International Economics e da American University (EUA), conclui que a união monetária europeia, ao invés de ser motivo de conflito, é um factor positivo não só para os Estados Unidos, como para o resto do mundo. Guillermo de la Dehesa, do Center for Economic Policy Research (Reino Unido), sublinha a realidade conhecida de que a economia americana se tem revelado, desde há várias décadas, mais eficiente do que a economia europeia e que esta situação só se inverterá se a UE empreender reformas estruturais e remediar o seu défice demográfico. Infelizmente, e passados cinco anos da Cimeira de Lisboa, pouco ou nada tem sido feito.

Na primeira conferência principal, o escritor Alan Minc considera

com humor que «um francês falar sobre as relações transatlânticas será o mesmo que um assassino desenvolver um teoria do crime» (p. 125). E que assassino! Minc refere que o Iraque é mais um sintoma do que um assunto essencial nas relações transatlânticas, mostrando dois mundos cada vez mais alienados e diferentes. Este escritor considera que o primeiro factor é a mudança nos EUA — fruto de um novo multiculturalismo étnico diferente do anterior — e a criação de novas elites de origem indiana, chinesa e hispânica que virão desempenhar cargos de maior relevo na sociedade americana. Outra diferença reside no facto de os EUA se preocuparem mais com a China, a Índia, a Rússia, áreas «eruptivas» do Médio Oriente e Ásia central e considerarem que a Europa não terá, do ponto de vista estratégico, qualquer interesse. Minc exagera, embora tenha razão ao afirmar que a Europa desceu vários lugares nas preocupações americanas. E os europeus? Os europeus, segundo este autor, preocupam-se com a emigração, a demografia e as questões das pensões e da indefinição das suas fronteiras. Fica óbvio que os EUA têm preocupações mundiais, enquanto os europeus têm preocupações regionalistas. A segunda questão posta por Minc é se a Europa está a defrontar um novo império americano unilateralista e isolacionista? A resposta é não, porque os americanos não têm os meios necessários para adoptarem esta política, como o

Iraque o demonstra bem. A terceira questão posta por Minc é se o espaço comum entre a Europa e os EUA é estratégico ou económico? A resposta é ambos, com os laços económicos a manterem-se fortes, embora, em termos estratégicos, a relação seja importante, mas não tão decisiva como no passado.

Minc constrói quatro cenários para o futuro. O primeiro define «um mínimo de atlantismo», em que o autor não acredita, ou seja, uma aliança firme entre os dois resultante de uma nova administração que regressasse ao multilateralismo e de uma Europa unida (cenário posto de lado, no primeiro caso, com a reeleição de George W. Bush e, no segundo caso, improvável no futuro previsível). O segundo cenário será um divórcio conflituoso entre os EUA, país universal, e uma futura Europa unida, «uma potência decente», mas que resulta, embora Minc não explique a contradição, em relações amigáveis. O terceiro cenário é o de dominação imperialista, fruto da desunião europeia, onde «seremos pequenos países do mundo» à espera entre os indonésios e os malaios para sermos recebidos em Washington (p. 136). O quarto, e último, cenário é que os EUA se tornarão um novo país (Minc não explica como, embora se subentenda que seja fruto do novo multiculturalismo étnico mencionado anteriormente), a Europa se apresentará unida e a relação entre ambos ressurgirá em consequência de uma crise, tal como uma ameaça

da China a Taiwan ou a ameaça do terrorismo nuclear. Minc considera que a agenda europeia deve tomar em consideração os seguintes factores: que os EUA são um país diferente do antigamente, que a relação transatlântica será caracterizada por uma amizade moderada e que a integração europeia é um dever, em particular a aprovação da nova Constituição europeia, a integração plena da zona euro, a união franco-alemã, a formação de um núcleo central de defesa e a integração dos britânicos.

No sector da defesa, as preocupações divergem. Chester Crocker, antigo político e hoje da Georgetown University (EUA), considera que a maior ameaça global neste início de século reside nos Estados fracassados ou em vias de fracassarem. Explica que o insucesso do Estado afecta a segurança global, incluindo a promoção dos direitos humanos, a boa governação, o Estado de direito, a tolerância religiosa, a preservação ambiental, o crescimento económico, a segurança regional, o tráfico de armas e o terrorismo. Crocker conclui que através de uma aliança entre os EUA e os seus aliados é possível limitar os danos, como no Sri Lanka, na Macedónia, na Serra Leoa e no Sudão (embora os eventos subsequentes mostrem que neste último país a realidade é outra), mas que, quando não há uma união de esforços, o fracasso do Estado agrava-se, como sucedeu na Sérvia, no Congo, na Colômbia e no Afeganistão antes do 11 de Setembro.

François Heisbourg, director da Fondation pour la Recherche Stratégique (França), considera que no novo cenário, em que a «missão faz a coligação» (termos do secretário da Defesa norte-americano Donald Rumsfeld) e onde a principal preocupação é a procura de armas de destruição maciça por Estados do «eixo do mal» (termos de George Bush), a Europa deixou de ser uma área que suscite grandes preocupações estratégicas aos EUA. A resposta para Heisbourg reside em transformar a velha aliança da NATO numa nova parceria transatlântica. Para que este novo relacionamento resulte, a Europa deve investir na defesa, pois «uma Europa fraca é a receita para a não existência de parceria» com os EUA (p. 166).

No sector sobre a defesa — e talvez não inocentemente, tendo em conta a história recente do nosso continente — encontra-se um teste muito interessante de Fyodor Lukyanov, editor do *Russia Global Affairs Journal* (Rússia), que ajuda a explicar a posição da Rússia. O primeiro factor apontado por Lukyanov é o de que os decisores russos ainda não fizeram uma escolha a favor de uma aliança com os antigos inimigos do Ocidente. Este editor explica que, numa sondagem realizada em 2002 sobre a origem da ameaça nuclear à Rússia, os russos apontaram em igual número (32%) o terrorismo e os EUA. Lukyanov comenta que a «desconfiança em relação ao Ocidente, cujos interesses supostamente estão sempre em conflito com os inte-

resses russos, está profundamente enraizada na filosofia e na história [...] Esta mentalidade ‘desconfiada’ é comum tanto aos militares russos como ao público em geral, que sofre de um ‘complexo de superioridade’. Esta mentalidade manifesta-se na crença de que a Rússia é alvo constante de conspirações por parte das outras potências que procuram pôr em causa os interesses nacionais da Rússia» (p. 171). Lukyanov conclui que a Rússia deve ultrapassar estes velhos estereótipos e procurar uma política externa não confrontacional que permita estabelecer, se não um aliança formal, uma parceria com o Ocidente, pois ambas as partes têm mais interesses convergentes do que divergentes.

No tema sobre o sistema internacional, Philip Gordon, do Brookings Institute (EUA), considera que existem três motivos que levam à separação dos EUA da Europa. O primeiro é o poder unipolar dos EUA, que resulta de o orçamento de defesa, em 2003, representar 45% da despesa mundial com a defesa e estar previsto, em 2007, que a percentagem suba para 50% da despesa mundial. O segundo factor foi o 11 de Setembro, que causou nos americanos um nível de vulnerabilidade nunca anteriormente experimentado. A combinação de vulnerabilidade e poder provoca nos americanos uma necessidade de agirem com o poder disponível. O terceiro factor reside na doutrina Bush e na política externa da administração Bush, consequências em parte dos dois pontos

anteriores, que resultam na intervenção americana (mesmo a nível unilaterial) para defender o que são considerados os interesses vitais do país. Gordon considera que a transformação do sistema internacional se deve aos três factores acima mencionados — o poder americano, o 11 de Setembro e a doutrina Bush. Em contrapartida, a Europa não sente o mesmo nível de vulnerabilidade, não tem disponíveis os meios dos americanos e não considera o Iraque uma ameaça, nem tão-pouco que a resolução do problema fosse a invasão. A despeito destas duas visões diferentes, Gordon não acredita que haja um divórcio transatlântico e considera que a caricatura (embora apresente um fundo de verdade) em que os EUA são de Marte (ou seja, um *hard-power*) e a Europa é de Vénus (ou seja, um *soft-power*) é exagerada. Se tal acontecer, o isolamento será mau para a Europa e os EUA não poderão assumir todas as responsabilidades no sistema internacional.

Na segunda conferência principal, Paul Kennedy, da Yale University (EUA), debruça-se sobre o futuro das relações transatlânticas e concorda com Hamilton ao afirmar que a união das democracias tem mais hipóteses de resolver os desafios mundiais. Sobre o futuro, Kennedy elege três cenários. No primeiro imagina uma crescente degradação da relação transatlântica resultante da diferença de capacidade militar, da subsequente disparidade de projecção global, do crescente afastamento nas relações económicas e do cres-

cente afastamento nas áreas da cultura e da ideologia. O segundo cenário é o da reconciliação com os argumentos agrupados à volta das personalidades (os suspeitos habituais: Bush, Cheney, Rumsfeld, Chirac e Shroeder) que poderão ceder os seus lugares a substitutos mais harmoniosos. Da NATO, que sempre foi capaz de sobreviver a crises igualmente sérias, e do Conselho de Segurança, embora, na verdade, Kennedy não explique satisfatoriamente como este último pode resolver a crise transatlântica. O terceiro cenário, obviamente favorecido por Kennedy, sugere um futuro mais complicado onde os parceiros transatlânticos agem de modo complementar, cada um fazendo o que sabe melhor. Às diversas ameaças que o mundo enfrenta (terrorismo, armas de destruição maciça, o Médio Oriente, o colapso dos abastecimentos petrolíferos, etc.), a resposta, seja da NATO, do Conselho de Segurança ou outro, só pode ser dada em conjunto. Por outro lado, Kennedy considera que as forças económicas (BP, Ford, IBM) e uma complexa teia de «redes informais» (turismo, estudantes, ciências, cultura juvenil) reaproximam a aliança transatlântica. O académico sugere uma divisão do trabalho regional, na qual a Europa ficaria primordialmente responsável pelas relações com as repúblicas do ex-império soviético e pela África, enquanto os EUA ficariam responsáveis pelo resto do mundo, bem como uma divisão funcional, na qual a Europa seria

primordialmente responsável pela manutenção da paz, enquanto os EUA seriam responsáveis pelas operações de combate a nível mundial.

As conclusões do ciclo de conferências ficaram a cargo de Eduardo Marçal Grilo, administrador da Fundação Gulbenkian, que considera, conforme afirmaram diversos conferencistas, que nada pode substituir a relação transatlântica sobretudo no que se refere ao estabelecimento das condições de paz e segurança. A construção europeia é benéfica para ambos os lados do Atlântico, nomeadamente nas áreas da política, defesa e política externa. A conclusão final de Marçal Grilo é a inevitabilidade e relevância excepcional da relação entre a Europa e os EUA.

A posição do governo português foi expressa por José Manuel Durão Barroso, na altura primeiro-ministro: «Entendemos que a relação transatlântica é o elo vital para a segurança na Europa e para a segurança a nível global e entendemos que essa relação deve ser revitalizada» (p. 247). Barroso repete, conforme já tinha sido afirmado por Hamilton, que não há solução para as grandes questões internacionais sem a colaboração entre a UE e os EUA e cita como exemplo uma visita do secretário-geral da ONU a Bruxelas em plena crise do Iraque para incentivar os europeus a convergirem com os americanos para o bem mundial. Barroso considera que a UE deve ser uma contraparte, e não um contrapoder aos EUA, e que Portugal (e subentende-se a Europa no geral) deve estar empenhado tanto

na sua vocação atlântica como na construção europeia.

Durão Barroso considera que a NATO continua a desempenhar um papel fundamental na relação transatlântica e oferece exemplos importantes para ilustrar a sua opinião: o facto de o artigo 5.º da Aliança ter sido invocado pela primeira vez após os atentados de 11 de Setembro e que resultaria numa presença forte da NATO no Afeganistão (papel que seria aceite pelas Nações Unidas); a criação da *NATO Response Force* para agir rapidamente tanto dentro como fora do cenário europeu; o estabelecimento de parcerias com a maioria dos países da antiga União Soviética e dos Balcãs; o mecanismo de consultas com a Rússia (o Conselho NATO-Rússia); o diálogo estratégico com a Ucrânia e os países do Mediterrâneo; a entrada de novos membros para a NATO (incluindo as três repúblicas ex-soviéticas do Báltico). Portugal apoia a construção de uma política de defesa europeia, mas Durão Barroso sublinha que no novo Tratado Constitucional deve ficar claro que a defesa colectiva da Europa deve continuar a pertencer à Aliança Atlântica e que a defesa europeia não é uma alternativa.

Durão Barroso partilha a opinião dos conferencistas: a Europa e a América do Norte estão condenadas a entenderem-se. «É precisamente com base nessa percepção de partilha de valores e de defesa conjunta desses valores que deverá ser empreendida a reconstrução da relação transatlântica», acrescentando que

continua convencido de que esta continuará a ser «o mais importante pilar de estabilidade mundial no início deste século» (pp. 259-260).

Notas finais: é admirável o texto na contracapa do livro, da autoria de Nuno Severiano, explicando sinteticamente e com enorme clareza o historial e a problemática das relações transatlânticas; falta um índice onomástico no final da obra para ajudar o leitor a perceber os diversos temas em debate.

NICOLAU ANDRESEN-LEITÃO

Luísa Schmidt, **Ambiente no Ecrã. Emissões e Demissões no Serviço Público Televisivo**, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003, 465 páginas.

Retomando a dissertação de doutoramento da autora em 1999, esta obra baseia-se num amplo levantamento temático de um *media*: todas as notícias, num total de 1374, e todos os programas, num total de 9155, sobre temas ambientais na RTP desde 1957 a 1995. Foram visionados «cerca de 786» itens. Raramente se encontra um trabalho na área dos *media* com um tão extenso corpo de material empírico. Este levantamento permitiu à autora criar séries integrais e, através delas, estabelecer uma periodização históri-

ca da atenção do único e depois principal canal de televisão nacional aos temas ambientais.

O percurso histórico dos temas e a sua representação mediática podem, por isso, almejar um grande detalhe, que atinge até o desnecessário, como as estatísticas acerca das famílias de animais mais ou menos exibidas na programação televisiva (as aves, os animais aquáticos e os mamíferos marinhos...). As séries estatísticas revelam que, em geral, a televisão aborda os temas quando eles se tornam social e mediaticamente relevantes noutros países e com repercussões em Portugal, seja a propósito da crise energética, da poluição ou da globalização dos problemas ambientais com as grandes catástrofes. Um dado surpreendente é o da quase total desatenção mediática com o ambiente nos primeiros anos depois do 25 de Abril, com quebra relativamente ao período anterior, indicando que o novo espaço público democrático e a construção da sociedade civil não passavam pelos problemas ambientais (p. 403). O tema ambiente só se «banaliza» a partir de 1980 (p. 157).

Partindo de uma «articulação vi-vaz» (p. 33) entre o ambiente e os *media*, a obra estabelece a correlação entre a sociologia do ambiente e a sociologia da comunicação (p. 17), mas parte da televisão para chegar ao ambiente: sendo a base fundamental do trabalho as representações televisivas do ambiente (cotejadas ainda pela informação num *media* escrito, a revista *Vida Mundial* até 1973 e depois o *Expresso*), a autora